

Superior Tribunal de Justiça

PET no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL nº 1535324 - RJ (2019/0193921-0)

RELATOR : MIN. GURGEL DE FARIA

REQUERENTE : HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA
ADVOGADOS : FRANCISCO RIBEIRO TODOROV - DF012869
: ANDRÉA ZOGHBI BRICK - RJ094630
: TIAGO CARDOSO VAITEKUNAS ZAPATER - SP210110
: LUCAS NASCIMENTO CARNEIRO - DF050288
: MARIA CRISTINE BRANCO LINDOSO - DF055742
: MAURO PEDROSO GONCALVES - DF021278
REQUERIDO : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : ANA CRISTINA M MENEZES
: ALICE BERNARDO VORONOFF E OUTRO(S) - RJ139858

DESPACHO

Na decisão de e-STJ 1062/1067, conheci do agravo para dar provimento ao recurso especial, a fim de reduzir a multa consumerista imposta ao ora requerente para 50.000 (cinquenta mil) Ufirs.

Por meio da petição de e-STJ fls. 1088/1101, a requerente noticia que a Fazenda Pública restabeleceu a cobrança, na dívida ativa, no montante originalmente fixado (1.555.609,01 UFIRs) e, apesar de ter requerido ao Juízo de origem a suspensão da exigibilidade integral da multa, o magistrado não se manifestou a respeito, declarando-se incompetente para decidir sobre o pedido, em razão do processo se encontrar nesta Corte Superior.

Contudo, equivocou-se o Juízo da 17ª Vara da Fazenda Pública do Estado do Rio de Janeiro (e-STJ fls. 1.099). É que, nos termos dos arts. 516 e 522 do CPC/2015, as questões pertinentes ao cumprimento provisório de decisão judicial devem ser submetidas ao juízo de origem, não sendo do STJ a competência para o exame da pretensão.

Diante do exposto, NÃO CONHEÇO do pedido contido na petição de e-STJ fls. 1088/1101.

Oficiem-se aos Juízos da 11ª e 17ª Varas da Fazenda Pública do Estado do Rio de Janeiro, dando-se ciência do inteiro teor do presente despacho.

Após o decurso do prazo legal, baixem os autos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator